

# Aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres trans ainda é polêmica

*Apesar de boa parte dos crimes serem cometidos por causa do desprezo à mudança de gênero, decisões judiciais não estão uniformizadas*

**(Metrópoles, 28/07/2019 - acesse no site de origem)**

O preconceito foi responsável pelo assassinato de 63 travestis e transexuais apenas no primeiro semestre de 2019. O levantamento é da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), que luta pelos direitos desses grupos, e leva em consideração apenas os episódios noticiados pela mídia. E, entre as cruéis mortes, estão casos de transfeminicídios.

Criado pela socióloga Berenice Bento, que estuda o assunto há 20 anos, o conceito de transfeminicídio é necessário para [diferenciar o crime de um feminicídio](#), apesar de os dois terem, em sua raiz, o [ódio contra o sexo feminino](#) e o desprezo pela condição de ser mulher.

“Nos casos contra as mulheres, a agressão acontece em casa, pelo companheiro ou ex-companheiro, e o caso acaba com o autor preso e processado. Em contrapartida, as mulheres trans são assassinadas na rua, por [desconhecidos, em crimes bárbaros](#) que, em 90% dos casos, não chegam à Justiça”, conta Berenice, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Outra diferença considerável, diz a socióloga, é o próprio luto. As mulheres, de maneira geral, têm velório, uma família que chora, a sociedade que demanda justiça. No caso das mulheres trans assassinadas, muitas vezes, não há ninguém para reconhecer o corpo, e elas acabam enterradas como indigentes.

De acordo com Keila Simpson, presidente da Antra, também há casos em que elas são [assassinadas pelos ex ou atuais companheiros](#) ou por relacionamentos ocasionais que ocorrem por razões de gênero. “Para além disso, no caso específico do transfeminicídio, percebemos que o autor está, na maioria das vezes, matando o feminino que a pessoa apresenta e ostenta. Os crimes são realizados com requintes de crueldade. Ele não dá um tiro, dá 10”, explica Keila.

Berenice conta que é uma [morte ritualizada, violenta, em que se esquarteja](#), joga-se o [corpo em uma lata de lixo ou ribanceira](#). “O autor está passando várias mensagens, entre elas a de que não é aceitável que um homem, em posição de poder, faça a transição para o lugar do frágil, do penetrável, do matável. Estão matando os traidores que abandonaram o poder. É um recado”, afirma.

O caso da mulher trans em Campinas (SP) que teve o coração arrancado e trocado por uma imagem sacra, segundo a presidente da Antra, deixa isso muito claro. O assassinato aconteceu em janeiro de 2019. “Ele era um demônio, eu arranquei o coração dele. É isso. Não era meu conhecido”, afirmou Caio Santos de Oliveira, o assassino confesso de Quelly da Silva.

## **Amparo legal**

Em maio de 2018, uma decisão inédita da Justiça do Distrito Federal indicou que os casos de

violência doméstica contra mulheres trans podem ser julgados na Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e elas devem ser abarcadas em medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Raquel Almeida Duarte foi [atacada pelo ex-namorado por ciúmes](#), precisou ser internada e passar por uma cirurgia. O juiz de primeira instância negou que o agressor fosse processado de acordo com a Lei Maria da Penha, alegando que a legislação defendia apenas mulheres que nasceram com corpo feminino. Os advogados da mulher trans entraram com recurso.

A 1ª Turma Criminal revisou a sentença e reverteu a decisão, afirmando que “liberdade de gênero não se prova”. “Além disso, uma vez que se apresenta dessa forma, a vítima também carrega consigo todos os estereótipos de vulnerabilidade e sujeição voltados ao gênero feminino, combatidos pela Lei Maria da Penha”, diz a decisão.

Em abril do mesmo ano, a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) abriu o primeiro inquérito para investigar uma tentativa de feminicídio contra uma mulher transexual. O caso aconteceu em Taguatinga Norte e foi investigado pela Delegacia Especial de Repressão aos Crimes de Intolerância (Decrin).

A juíza Fabriziane Zapata, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Riacho Fundo, considera que a Lei Maria da Penha se aplica a todo tipo de violência baseada em gênero cometida contra a mulher.

“Em relação à vítima transexual, discute-se se a lei teria utilizado um critério biológico ou um critério sociopsicológico. Existem algumas decisões que negam a aplicação da Lei Maria da Penha à vítima transexual feminina. Mas, por outro lado, há decisões no país, inclusive aqui no DF, determinando que a transexual feminina seja sim protegida pela Lei Maria da Penha”, afirma. O Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica (Fonavid) tem o entendimento de que a lei se aplica às vítimas trans.

Com o objetivo de deixar a legislação ainda mais clara, em maio de 2019, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado aprovou o Projeto de Lei 191/2017, que pretende ampliar o alcance da Lei Maria da Penha e garantir proteção às mulheres trans. Em seu parecer, a senadora Rose de Freitas (Pode-ES), relatora da matéria, escreveu: “Somos pela conveniência e oportunidade de se estender aos transgêneros a proteção da Lei Maria da Penha”. O assunto agora passa para a deliberação do plenário da Casa.

No caso do feminicídio, a lei fala em crime “contra a mulher por razões da condição de sexo feminino”, o que abre lacunas para diferentes interpretações. Porém, há casos em que a Justiça entende a mulher trans e as circunstâncias da morte como sujeitas à aplicação da lei.

“É um caminho para usarmos a lei que existe e fazer valer nossos direitos. Seguimos trabalhando para a criação de uma legislação específica”, diz Keila. Apesar de ser importante contar com a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, a Antra entende que um tipo legal feito para qualificar os crimes contra transexuais e travestis é essencial para garantir punição apropriada para os agressores e para coibir essas situações. “No Brasil, a população se sensibiliza mais com um animal que morreu na estrada do que com o assassinato de uma pessoa trans. Só nós sabemos e sofremos por essas vítimas. A sociedade precisa enxergar esses crimes”, afirma Keila.

Berenice, em contrapartida, não acredita que uma nova lei vá resolver o problema. “A violência

de que estamos falando é a ponta, o fim, o assassinato cruento. Mas este corpo que morreu é marcado pelas violências institucionalizadas e não institucionalizadas que sofreu a vida inteira. Foi expulso de casa, expulso da escola, não consegue entrar no mercado de trabalho. É preciso entender que existem múltiplas formas de exercer o gênero e que as pessoas têm, sim, direito a mudar.”

*Por Juliana Contaifer*

---

## **Em formato interativo inédito, Mapa da Violência de Gênero reúne dados e leis sobre violência contra mulheres e população LGBT+**

*Criada pela Gênero e Número com apoio da ALTEC, plataforma apresenta registros de agressões por localidade e permite cruzamento online de grande volume de dados*

Em média, na última década foram assassinadas por dia no Brasil 12 mulheres - dentre elas, as mulheres negras são as maiores vítimas. Outros tipos de violência recaem especialmente sobre as mulheres: elas foram vítima de 90% dos 73 estupros cometidos a cada dia em 2017. Dados como esses, que revelam o processo acentuado de violência de gênero no Brasil, estão agora mais acessíveis.

Realizado pela Gênero e Número e apoiado pela Alianza Lationamericana para la Tecnología Cívica (ALTEC), o [Mapa da Violência de Gênero](#), em formato interativo inédito, disponibiliza as duas maiores bases oficiais de dados sobre violência do país - a do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS) e a do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) - abrindo múltiplas possibilidades de pesquisa a partir de um grande volume de dados. A ferramenta de busca é acompanhada por textos e visualizações que ajudam a analisar o cenário de cada uma das 27 Unidades Federativas. O Mapa é resultado de um trabalho de pesquisa de um ano, com metodologia desenhada pela especialista em violência de gênero Wânia Pasinato e executado por uma equipe multidisciplinar da GN.

**Acesse: [www.mapadaviolenciadegenero.com.br](http://www.mapadaviolenciadegenero.com.br)**

Até então manuseados principalmente por pesquisadores ou jornalistas dispostos a percorrer o caminho de solicitação via Lei de Acesso à Informação (LAI), os dados estatísticos oficiais mais importantes e abrangentes sobre violência distribuídos por sexo (feminino e masculino) se reúnem, no Mapa, ao alcance de qualquer pessoa interessada em se informar sobre o tema. As buscas comparativas para homens e mulheres, fundamentais para a compreensão das diferenças da violência quando aplicada a perspectiva de gênero, dão acesso a informações detalhadas, incluindo autoria do crime e encaminhamento judicial do caso, o que permite desenhar a trilha de diferentes tipos de violência praticados contra mulheres e população

LGBT+.

As especificidades do grupo LGBT+ são abordadas em uma seção que destrincha dados de cada região, oferecendo uma leitura mais abrangente sobre as violências que acometem essa minoria. Já na seção Leis é possível conhecer a produção legislativa estadual sobre o tema para além daquelas que significaram importantes marcos nacionais, como a Lei Maria da Penha (2006) e a Lei do Feminicídio (2002). No levantamento, feito pela Gênero e Número, estão destacados os mecanismos legais estaduais com efetivo potencial de impacto na proteção e acolhimento das vítimas e punição dos agressores.

As fragilidades na coleta, produção e divulgação desses dados no Brasil guiaram uma outra frente de trabalho do Mapa, focada em incidência. Com a proposta de fortalecer a sistematização e padronização dos dados de violência contra mulheres, um grupo formado pela Gênero e Número e as organizações convidadas ONU Mulheres e Artigo 19 abriu diálogo com o Conselho Nacional do Ministério Público para discutir as debilidades do Cadastro Nacional de Violência Familiar e Doméstica contra a Mulher, um dos principais instrumentos para a coleta desse tipo de dado. Os detalhes dessa frente de trabalho do Mapa podem ser conhecidos na página Incidência.

O Mapa nasce sobretudo com esse propósito: denunciar e exigir a produção de dados cada vez mais qualificados, que apoiem o avanço de políticas de prevenção e enfrentamento à violência. Nesse percurso, o acesso à informação e a reflexão crítica são ferramentas centrais no combate à barbárie.

Para mais informações: [contato@generonumero.media](mailto:contato@generonumero.media)

---

## [Trans conseguem cotas e cursos em universidades, mas geram reações adversas](#)



*A UNB promoveu uma Drag Race para tornar o ambiente universitário mais acolhedor, mas atraiu críticas de conservadores. CRédito: André Gomes - Secom/UnB*

“Comunista, baderneiro e viado.” Muitas dessas palavras foram escritas em uma carta anônima espalhada em pontos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) pouco mais de uma semana após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Além dos ataques, continha ameaças a alguns estudantes e professores da instituição. Entre os citados, está a professora Luciana Vieira, coordenadora da diretoria LGBT da UFPE – primeira universidade do país a criar, em 2015, uma diretoria específica para a comunidade no campus.

## [\(UOL Tab, 11/07/2019 - acesse no site de origem\)](#)

“Outra doutrinadora perigosa é a Luciana Vieira/Sociologia. Ela apoia travecos (sic) a disseminarem a ideologia de gênero na TV da universidade. Seus orientandos também são todos degenerados”, dizia o documento apócrifo.

No mesmo ritmo em que políticas para promoção de direitos LGBT vêm mudando a cara de universidades públicas no Brasil, como as cotas para pessoas trans, crescem também mensagens de ódio e desrespeito dentro do campus. Para essas minorias, a permanência na universidade tem sido um ato de resistência.

Ao longo de 2019, a diretoria LGBT da UFPE voltou a sofrer ameaças em telefonemas anônimos. Desde então, o prédio da diretoria ganhou reforço na vigilância, e a professora Luciana Vieira passou a circular com segurança pessoal. “A violência LGBT está em todos os espaços da universidade, aqui não é uma bolha. Vivemos em um país lgbtfóbico, não seria diferente no âmbito da universidade”, diz Luciana.

### **Cota e inclusão**

Um levantamento da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgado em maio deste ano, mostra que a proporção de graduandos que não se classificam como heterossexuais não chega nem a um quinto do total. Na pergunta sobre orientação sexual inserida pela primeira vez na pesquisa, 16,4% se disseram LGBT num universo de 63 universidades e 424 mil estudantes.

No tópico sobre gênero, os que se declaram trans representam um universo muito menor: 0,2% do total. Porém, quando agrupados todos os universitários que não se identificam como cis (homem ou mulher), a proporção é de 11,6% do total. “Tais números nos levam a pensar que a universidade pública de fato é um espaço onde a heteronormatividade, para não dizer cis-normatividade, tende a ser cada vez mais questionada”, diz o levantamento da Andifes na síntese dos resultados.

Estudantes com identificação trans começaram a ser incluídos nas cotas sociais na graduação desde o ano passado, mas o número de instituições com vagas reservadas para transexuais, travestis e transgênero ainda é pontual. Como não há legislação federal que regule essas cotas, as universidades têm autonomia para estabelecer novas políticas afirmativas.

Na graduação, começou com a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), em 2018, seguida pelas federais da Bahia (UFBA) e do ABC Paulista (UFABC). Em Pernambuco (UFPE), a previsão é que a resolução seja aprovada no segundo semestre de 2019. Nos programas de pós-graduação, há pelo menos 16 instituições federais e estaduais no país que já adotam cotas como política afirmativa para trans no ensino superior, segundo o Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE).

Especialista em educação, o diretor de Políticas Afirmativas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Julvan Moreira, diz que as cotas públicas, assim como outras ações, são essenciais para ampliar vozes das minorias dentro do sistema educacional. “A função da universidade é reconhecer essas políticas de inserção na defesa de um público que é discriminado historicamente”, defende. No atual cenário político, afirma, é preciso cada vez mais que esses grupos ganhem espaço.

Na UFABC, onde a reserva de 32 vagas foi aprovada em outubro do ano passado, a diretora LGBT do Diretório Central dos Estudantes, Beatriz Baria, conta que foi difícil incluir as pessoas trans nas cotas sociais da universidade. “Foi um processo muito complicado, principalmente porque dentro desses conselhos existe uma bancada de professores conservadores. Essa [resolução] de reserva de vagas foi barrada várias vezes”, relata.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pastor Tupirani da Hora entrou com uma ação popular contra a reserva de duas vagas para travestis e trans de um total de 25 na seleção de 2018 para o mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Líder da Igreja Geração Jesus Cristo (cujo lema é “Bíblia sim, Constituição não”), o pastor argumentou que a reserva de vagas ofende a ampla concorrência, a moralidade e a legalidade administrativa. A Justiça acabou suspendendo as vagas, em primeira e segunda instância.

Vitorioso, o pastor investiu contra as cotas sociais na Universidade Federal Fluminense (UFF), também no Rio de Janeiro, para suspender a reserva de vagas para candidatos trans no processo seletivo de 2018 do programa de mestrado e doutorado em Comunicação. Neste caso, a Justiça deu ganho de causa à UFF, que reserva uma vaga - adicional às 20 que oferece anualmente no programa de mestrado - para candidatos transgênero, transexuais ou travestis.

### **Visibilidade na universidade**

“Eu sou um corpo muito visível dentro do espaço acadêmico.” Primeira travesti negra doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Megg Rayara diz que precisa provar diariamente que é capaz de produzir ciência dentro do campus.

“O tempo todo as pessoas estão analisando aquilo que a gente fala, o que a gente escreve, que a gente produz. Se eu tenho uma produção de qualidade é mérito meu, é mérito individualizado. Mas se por acaso eu faço uma bobagem, eu faço alguma besteira, isso vai respingar no coletivo, nas outras meninas trans, nas outras travestis”, afirma Megg, hoje professora do Departamento de Educação da UFPR.

A forte presença de um movimento conservador dentro da universidade ficou clara para Megg já no processo de seleção para o mestrado. “Foram quatro tentativas. Era visível o desconforto de alguns professores quando eu chegava para fazer as entrevistas na banca. E eu nunca tinha sido reprovada na prova escrita”, lembra.

Ataques e discursos de ódio cresceram no país: a pesquisa “Violência contra LGBTs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral”, da organização de mídia Gênero e Número, mostra que 56% das travestis, homens e mulheres transexuais afirmaram ter sofrido violência mais de três vezes durante as eleições de 2018.

Em abril deste ano, Megg Rayara foi atacada em uma página no Facebook que se propõe a unir alunos e professores da UFPR “que prezem pela moral e os bons costumes”. A professora observa que lgbtfóbicos sempre existiram, circulando no espaço educacional em todos os níveis, inclusive no meio acadêmico. O que mudou foi a validação dos ataques: “O atual governo autorizou que essas pessoas se manifestassem de forma truculenta. Um governo que coloca a educação como inimiga é um governo preocupante”, critica a professora.

### **Luta e resistência no campus**

“Há toda uma sociedade heteronormativa que desafia nossa existência dentro da universidade”, ressalta a presidente do Instituto Brasileiro Trans na Educação (IBTE), Andreia

Cantelli. Para ela, o sistema conservador é contra toda e qualquer cota, não somente para trans. As pessoas trans são afastadas dos direitos fundamentais por não corresponderem à normatização de gênero, afirma.

Uma pesquisa feita com mais de 250 estudantes trans do país, divulgada pelo IBTE em janeiro deste ano, mostrou que as principais dificuldades encontradas pela comunidade LGBT nos espaços educacionais são a negação ao nome social, ao uso dos banheiros e a invalidação das pesquisas acadêmicas.

Na USP, banheiros ganharam adesivos após uma aluna trans ser agredida por um grupo de mulheres no banheiro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 2016. Depois do ocorrido, o conselho estabeleceu que os banheiros da universidade podem ser usados de acordo a identidade de gênero.

Desde 2015 há uma resolução da Secretaria de Direitos Humanos do governo federal que garante o uso do banheiro adequado ao gênero e a adoção do nome social nas instituições de ensino. A resolução, porém, não tem força de lei. Na época, o então deputado federal Jair Bolsonaro apresentou um projeto de decreto legislativo pedindo a suspensão da regulamentação. O projeto ainda aguarda designação de relator.

A criação de diretorias de diversidade pode ter papel fundamental no acolhimento do estudante LGBT no campus, que enfrenta desde piadas e comentários discriminatórios em sala de aula até assédio e agressões verbais e físicas dentro das universidades.

Graduando em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Gabriel Herculano lamenta não ter encontrado na instituição onde estuda um espaço que pudesse ajudá-lo quando estava em processo de transição. Homem trans, Gabriel já enfrentou muitos constrangimentos, principalmente nos banheiros da universidade.

“Já houve muitos casos de homofobia e transfobia dentro do campus e ficou por isso mesmo, pois somos invisibilizados lá dentro. O que a gente busca é informações através de outros amigos LGBTQ+, mas sabemos que não estamos amparados, não há uma política pública para isso”, critica o estudante.

A Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante da UFPB afirmou que busca amparar a comunidade LGBT a partir de algumas ações pontuais. Entre elas, citou apoio psicológico, restaurante universitário e bolsa permanência quando o estudante se encontra em vulnerabilidade social.

Na Universidade de Brasília (UnB), a criação da Diretoria da Diversidade permitiu encaminhar e acompanhar casos de lgbtfobia no âmbito acadêmico. Além de capacitação profissional, a UnB dispõe de bolsas emergenciais de R\$ 465 para estudantes desabrigados após conflitos familiares, que o aluno pode receber por até três meses. Em média, 20 estudantes por semestre recebem o auxílio.

### **Política orçamentária**

Mas o contingenciamento de verbas das universidades públicas, no valor de R\$ 5,8 bilhões, promovido pelo Ministério da Educação (MEC) vem afetando pouco a pouco algumas das políticas públicas LGBT. A primeira vítima na UnB foi um programa de formação em diversidade destinado a professores, técnicos e estudantes, cancelado por falta de recursos.

Bastante criticado pelo corte no orçamento das universidades, o ministro da Educação Abraham Weintraub justificou a medida acusando o uso indevido de verbas públicas em situações de “balbúrdia”. Em abril deste ano, o ministro afirmou que universidades como a UnB têm permitido que aconteçam eventos políticos em suas instalações, manifestações partidárias ou festas inadequadas ao ambiente universitário. “A universidade deve estar com sobra de dinheiro para fazer bagunça e evento ridículo”, declarou Weintraub.



*Evento sobre drag queens na Universidade de Brasília (UnB) promove a diversidade dentro do campus. Crédito: André Gomes - Secom/UnB*

Os exemplos que Weintraub citou levaram a diretoria da Diversidade da UnB a emitir uma nota em defesa do evento Drag Race, realizado em maio deste ano em alusão ao Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia e apontado como um exemplo de uso indevido de verbas públicas pela universidade.

“O evento foi idealizado e realizado coletivamente, sem a utilização de recursos financeiros da Universidade. O objetivo dessas ações é chamar a atenção da comunidade para a necessidade do reconhecimento e respeito às diversidades identitárias de gênero e orientações sexuais, com vistas a reduzir as violências e violações de direitos praticados pela sociedade de forma geral”, diz a nota.

Apesar do orçamento restrito, a maioria das iniciativas promovidas pela diretoria continuam, garante a diretora da Diversidade da UnB, Susana Xavier. Na UFPE, no entanto, os cortes do MEC levaram a diretoria LGBT a adiar para o segundo semestre o lançamento do programa de rádio LGBT no Ar, à espera de uma última parcela de recursos para compra de equipamentos.

As políticas afirmativas para a comunidade LGBT, a exemplo de cotas para trans nas instituições que já adotaram tal medida, não correm risco devido à autonomia das universidades públicas. Mas todos os entrevistados concordam em um ponto: o momento não é favorável para quem é LGBT.

### **Solidariedade contra o preconceito**

Na UFABC, o DCE busca parcerias com repúblicas que sejam acessíveis, baratas e “LGBT Friendly” a fim de amparar estudantes que enfrentam problemas dentro e fora de casa. As iniciativas se estendem a espaços dedicados a outras atividades, como o esporte. Primeiro time de futsal LGBTQ da Paraíba, o Dandara atua como um espaço de acolhimento e resistência, segundo Suellen Gentil, do curso de Tradução da UFPB. Ela diz que quer ser respeitada e valorizada como mulher lésbica e acredita que a universidade é um dos principais espaços que dispõe para quebrar preconceitos. “São práticas como essas que nós reafirmamos nossa existência. Vamos continuar lutando por uma universidade que seja mais plural e diversa.”

*Por Ítalo Rômany, da agência Eder Content, colaboração para o TAB, em João Pessoa (PB)*

---



# [Brasil registrou 1.685 denúncias de violência contra LGBTs em 2018](#)

*Maioria dos relatos recebidos pelo Disque 100 cita discriminação e violação psicológica; gays e transexuais são mais atingidos, e agressões acontecem principalmente nas ruas*

**[\(O Globo, 27/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

O Brasil registrou no ano passado 1.685 denúncias de violência contra a população [LGBTI](#). Os dados foram registrados pelo serviço Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MDH), e divulgados nesta quinta-feira.

O número foi 2,03% menor do que o registrado em 2017, quando houve 1.720 casos. A quantidade de denúncias vem caindo ano após ano desde 2015. A queda, no entanto, não significa redução nos índices de [violência](#), segundo o próprio ministério.

Os dados mostram que 70,56% das denúncias foram por discriminação. Em segundo lugar, ficaram os relatos de [violência](#) psicológica, como injúria e humilhação, alcançando 47,95% dos casos. Em seguida, aparece a violência física, que corresponde a 27,48% das violações e, por último, a violência institucional, com 11,51%.

— O Disque 100 é apenas um dos canais para trazer esses dados, ele não necessariamente reflete a realidade, porque muitas vezes as pessoas não denunciam. O decréscimo pode ser justamente por isso, porque as pessoas não denunciam por pensar que não serão respeitadas. Mas essas informações vão nos ajudar a pensar uma política pública — afirmou Marina Reidel, diretora de Promoção dos Direitos [LGBT](#) do órgão, em entrevista ao GLOBO.

O ministério também fez um balanço do perfil das vítimas que denunciaram agressões. Segundo a pasta, a maioria dos atingidos (32%) era [gays](#). Outros 31% eram transexuais. Cerca de 9,7% das vítimas eram lésbicas e 2,5%, [bissexuais](#). A faixa etária mais atingida pelo preconceito é a de 18 a 30 anos.

Outro dado relevante presente no balanço do MDH é o local onde a violência costuma ocorrer.

Segundo o estudo, a rua é o local onde mais acontecem violações (32,32%). A casa da vítima aparece com um alto índice (20,03%). De acordo com interpretação do ministério, o dado indica que grande parte das violações acontecem entre familiares.

A grande maioria dos agressores são heterossexuais (76%). Há violências cometidas também por gays (8,7%) e bissexuais (3%).

*Paula Ferreira*

---

# [Barroso manda transferir mulheres trans presas para unidades femininas](#)

*Ação pedia também transferência de travestis, mas ministro do STF não autorizou medida*

[\(O Globo, 26/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Em decisão liminar, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que todas as mulheres transgênero presas em unidades masculinas no Brasil sejam transferidas para presídios femininos. Ele não estendeu a medida às travestis. Barroso também solicitou a inclusão do processo na pauta do plenário do tribunal. Como esta é a última semana de trabalho antes do recesso de julho na Corte, o caso poderá ser julgado somente a partir de agosto.

“Trata-se da única medida apta a possibilitar que (as mulheres trans) recebam tratamento social compatível com a sua identidade de gênero. Trata-se, ademais, de providência necessária a assegurar a sua integridade física e psíquica, diante do histórico de abusos perpetrados contra essas pessoas em situação de encarceramento”, decidiu Barroso.

Ao justificar por que concedeu a medida apenas às transexuais, Barroso começou explicando as diferenças em relação às travestis: “As travestis guardam semelhança com as transexuais porque se apresentam para o mundo com o gênero oposto àquele correspondente a seu sexo biológico. Entretanto, não percebem seu corpo como inadequado e vivenciam com intensidades variáveis sua identidade de gênero. Diferenciam-se das transexuais porque, enquanto as transexuais têm uma aversão a seu sexo biológico e desejam modificá-lo, as travestis não têm aversão a seus órgãos sexuais e, portanto, não querem modificá-los.”

## **Veto a travestis**

Ele reconheceu que ambos os grupos são duplamente vulneráveis, pelo preconceito que sofrem e por estarem na prisão. Assim, é necessário que o Estado adote medidas concretas para evitar abusos contra elas no sistema carcerário. Por outro lado, disse que as travestis tem “identidade de gênero mais fluida”, havendo uma indefinição sobre a melhor solução, tanto que o tema ainda está sendo debatido no Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT).

A ação foi apresentada em junho do ano passado pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ALGBT), que citou uma resolução conjunta de 2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP) e do CNCD. Ela estabelece que travestis e gays em unidades prisionais masculinas deverão ter disponíveis espaços de vivência específicos. Também diz que “as presas transexuais masculinas e femininas devem ser encaminhadas para as unidades prisionais femininas”.

Em fevereiro de 2019, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, deu parecer a favor do pedido. “É patente, assim, a existência de quadro de violação inconstitucional e inconveniente de direitos humanos das mulheres transexuais e de travestis mantidas em estabelecimentos prisionais incompatíveis com sua identidade de gênero”, escreveu Dodge.

Em fevereiro de 2018, Barroso determinou que duas travestis presas no interior de São Paulo

desde 2016 fossem colocadas num presídio feminino. Uma delas estava numa cela com 31 homens. Segundo ele, prisão ocorreu em estabelecimento incompatível. A decisão de agora vale para todas as transexuais, e não apenas para algumas.

---

## **50 anos de Stonewall e a luta contra a violência policial, por Camila Marins e Roberta Cassiano**

Na madrugada de sábado 28 de junho de 1969, um grupo de pessoas LGBTIs protagonizou a Revolta de Stonewall contra a violência policial nas ruas de Nova Iorque, nos Estados Unidos. Nessa época, era ainda maior o número de internações compulsórias e abusos do Estado, materializado principalmente pela intensa criminalização. Com tantas batidas policiais nos bairros e espaços de socialização que frequentavam, muitas vezes verdadeiros refúgios para a vivência livre de suas sexualidades e identidades de gênero, a população LGBTI decidiu resistir e se levantar contra a violência policial.

[\(Agora É que São Elas, 26/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Relatos de testemunhas dão conta de que o estopim para a reação contra a batida policial inesperada no Stonewall Inn, bar localizado em Greenwich Village, teria sido a prisão de uma mulher lésbica após inúmeras tentativas de resistência e agressões por parte da força policial que incluía, dentre seu procedimentos, checagem do “sexo” das pessoas presentes, muitas delas trans, drags, gays e lésbicas cujas diversas (des)conexões entre sexo, gênero, comportamento e desejo extrapolavam o regime de heteronormatividade. Quando finalmente os policiais conseguiram conduzir esta mulher, cuja identidade é motivo de controvérsia, para a viatura, ela teria dito à multidão revoltada “e vocês? Não vão fazer nada?” - dando início aos eventos hoje reconhecidos como marco histórico fundamental na organização das ações e da luta LGBTI.

A atuação de mulheres como Sylvia Rivera, Marsha P. Johnson e Stormé DeLarverie nesta noite e nos eventos que a sucederam merece destaque. Comumente chamados de “distúrbios de Stonewall”, tais ocorrências foram, nas palavras de Stormé, mulher lésbica e negra: “uma rebelião, uma insurreição, uma desobediência civil - não foi uma porcaria de distúrbio”. As travestis Sylvia e Marsha seguiram denunciando a violência do Estado e lutando por moradia. Elas organizaram a Casa S.T.A.R., sigla em inglês para “Ação das Travestis de Rua Revolucionárias”, um lugar de acolhimento para pessoas trans e de fortalecimento dos laços de solidariedade em prol da sobrevivência da comunidade.

Hoje, no Brasil e no mundo, comemoramos a data que completa 50 anos e, no entanto, os meios de comunicação insistem no apagamento histórico dessas mulheres que pautaram mudanças estruturais urgentes e ainda por conquistar. No último domingo, o programa

Fantástico, exibido pela Rede Globo, ainda que tenha dado voz a ativistas importantes nessa luta, apresentou uma narrativa desse episódio histórico cuja análise crítica é fundamental para a compreensão e organização das frentes de luta feminista, antirracista e LGBTI.

A referida reportagem sequer cita os nomes de Marsha e Sylvia. Em uma das entrevistas, somos confrontadas com a afirmação de que o movimento LGBTI deve à banda Beatles, pela androginia expressa por seus “cabelos longos”, seus avanços e a paulatina ocupação dos debates públicos. Este tipo de leitura reforça a hegemonia de homens brancos cisgêneros e heterossexuais, mesmo quando o assunto é um levante LGBTI contra a violência policial e a criminalização de seus corpos e formas de vida.

Estávamos no fim dos anos 60 e início dos anos 70, no âmbito do que se considera a segunda onda do movimento feminista, com os movimentos de mulheres desenvolvendo e tensionando a ferramenta conceitual do gênero na academia e em diversas organizações políticas. Tratava-se de uma época na qual ainda se colhiam as consequências da afirmação de Simone de Beauvoir segundo a qual “não se nasce mulher. Torna-se” (1949). Em 1963, Betty Friedan já havia publicado seu livro “A mística feminina”, denunciando os estereótipos ligados à mulher como “esposa e mãe zelosa”. Em 1969, ano da fatídica rebelião, Monique Wittig, feminista lésbica publica “Les guérillères”, ficção repleta de críticas à sociedade patriarcal e aos papéis de gênero sexistas da época. No ano seguinte, são publicados “A mulher eunuco”, de Germaine Greer e “Política sexual”, de Kate Millett.

Além disso, muitas mulheres negras estiveram à frente dos movimentos pelos direitos civis na década de 60, cujas táticas e alianças promovidas certamente contribuíram para o clima que se expressa também em Stonewall. Em “Uma declaração Negra Feminista”, produzida pela Coletiva do Rio Combahee (1977), grupo feminista negro da cidade de Boston, lemos: “A política feminista negra também tem uma conexão evidente com os movimentos para a libertação negra, em particular os das décadas de 60 e 70. Muitas de nós participamos nos movimentos (Direitos Civis, Nacionalismo Negro, As Panteras Negras) e todas nossas vidas foram afetadas e transformadas por suas ideologias, suas metas, e as táticas empregadas para alcançá-las. Nossa experiência (...) nos levou a ver a necessidade de desenvolver uma política que fosse antirracista, à diferença das mulheres brancas, e antissexista, à diferença dos homens negros e brancos.” – mas aparentemente nada disso foi tão importante para o movimento LGBTI quanto as longas cabeleiras dos rapazes de Liverpool.

A luta LGBTI sempre teve marcos estruturais pautados pelas mulheres, que são apagadas da história. Embora as apropriações mercadológicas e as conivências com o patriarcado expresso pela hegemonia de homens brancos e ricos no próprio movimento LGBTI digam o contrário, Stonewall sempre foi sobre a violência policial. Não podemos perder esse horizonte, porque esta é bandeira central na luta feminista e antirracista. O marco dos 50 anos de Stonewall tem que nos dizer sobre a impossibilidade de assumir tais frentes de atuação como essencialmente distintas. Mais do que a inclusão da população LGBTI no rol dos indivíduos aptos a gozar de direitos como o casamento e a adoção, é preciso compreender como estão entrelaçados os dispositivos da cisheteronormatividade e as retóricas e práticas necropolíticas que ameaçam as democracias liberais por toda a parte, o que significa construir movimentos políticos que para além de identitários, propõem novos modelos de sociedades.



*Manifestação de mulheres lésbicas contra a violência policial (Foto: Laura Jeunon)*

Não à toa que mulheres lésbicas, em 13 de abril de 1980, estenderam a faixa “Pelo prazer lésbico” contra a violência policial, na frente do Teatro Municipal, em São Paulo. Em plena ditadura civil-militar no Brasil, as lésbicas se uniram aos movimentos negros e de mulheres para dizer basta à violência policial praticada pelo delegado Richetti. Nas ruas, era comum ouvir: “É sapatão? Pro camburão”. Ou quando nós, lésbicas, formamos uma ala no 8 de março deste ano com a faixa “Lésbicas contra a militarização”, denunciando a violência do Estado praticada no Rio de Janeiro, principalmente contra essa política genocida disfarçada de política de segurança pública. Em 2019, são 3 anos do assassinato de Luana Barbosa, lésbica negra pobre que foi barbaramente espancada por policiais militares e, conseqüentemente, morta. Joyce Cristina, este ano, foi encontrada morta na linha de trem em Madureira. Marielle Franco perguntou e seguiremos perguntando: “quantos de nós têm que morrer para essa guerra acabar?”. Stonewall será sempre um guia contra a violência policial, contra a militarização da vida, contra o genocídio da população negra. Que esta data traga a oportunidade para discutirmos as tensões e alianças possíveis para nós, mulheres lésbicas e feministas, com o movimento LGBTI. Que a sociedade, a mídia e os nossos companheiros compreendam que há muita sapatão, mulheres trans, travestis, pessoas negras e indígenas nessa construção histórica e que ainda há muito a ser feito.

**Camila Marins** é jornalista, ativista feminista negra lésbica e uma das editoras da Revista Brejeiras.

**Roberta Cassiano** é professora de filosofia, ativista feminista lésbica e uma das editoras da

## [Estado de SP tem mais de 1,2 mil mudanças de nome e sexo de trans em 1 ano](#)

*Norma que permite a alteração diretamente em cartório completa um ano nesta sexta.*

**[\(G1, 24/06/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Os cartórios do estado de São Paulo registraram 1.287 mudanças de nome e sexo da população transexual em um ano, segundo informou a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (Arpen/SP).

Desde 28 de junho de 2018, uma norma [permite a alteração diretamente em Cartórios de Registro Civil](#) sem a necessidade de cirurgia.

Neste primeiro ano de norma, o Brasil teve 2.022 alterações realizadas.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentou a prática nos cartórios do país após a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de [reconhecer o direito de alteração de nome e sexo](#) na certidão de nascimento sem a necessidade de realização de procedimento cirúrgico de redesignação de sexo.

Quem tiver mais de 18 anos pode pedir a alteração do nome e do gênero em qualquer cartório. A alteração é mantida em sigilo.

Em 2018, a Polícia Militar atendeu ao pedido de Emanuel Henrique Lunardi Ferreira e o reconheceu como um [policia do gênero masculino](#). Ele ingressou na corporação em 2015 como soldado Emamoely. Ele é o primeiro policial transexual em 200 anos de história da polícia.

Documentos necessários para alteração:

- Preenchimento presencial do requerimento de alteração
- RG
- CPF
- Título de eleitor
- Certidão de casamento e de nascimento dos filhos, se existirem
- Comprovante de residência
- Certidões dos Distribuidores Cíveis e Criminais da Justiça Estadual e da Justiça Federal
- Certidão de Distribuição da Justiça do Trabalho, dos domicílios da parte requerente, pelo período de dez anos, ou pelo período em que tiver completado a maioridade civil se for inferior a dez anos.



Feita a alteração na certidão de nascimento, o cidadão deverá providenciar a mudança nos demais documentos nos respectivos órgãos emissores. Uma nova alteração do nome e/ou sexo somente será possível via judicial.

---

## **Manifestação de mulheres lésbicas e bissexuais ocupa vão do Masp neste sábado**

*Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de SP ocorre um dia antes da 23ª Parada do Orgulho LGBT para aumentar a visibilidade das mulheres no movimento contra homofobia.*

**(G1, 22/06/2019 - acesse no site de origem)**

Um dia antes da Parada do Orgulho LGBT, mulheres lésbicas e bissexuais se reúnem no vão do Masp para protestar pelos direitos das mulheres dentro do movimento contra homofobia. Em sua 17ª edição, a Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo acontece neste sábado (22) na Região Central de São Paulo.

Com o mote “A política do ódio não nos representa: mulheres lésbicas e bis, trans e cis, na mesma luta pela vida e por liberdade”, a marcha sairá da Avenida Paulista em direção à Praça da República.

Segundo as organizadoras, o objetivo do ato é promover a resistência ao contexto de ódio contra lésbicas e bissexuais. “As mulheres mostram, por meio de seus corpos e vozes, a força para lutar por direitos e liberdade”, diz a organização.

Durante a caminhada as mulheres realizarão manifestações, shows e atividades coletivas com as participantes. A confecção de materiais e o aluguel de equipamentos são custeados por doações das frequentadoras.

---

## **Orgulho LGBTQ+: junho traz discussão sobre saúde mental, por Sabrina Ferrer**

Segundo estudo realizado pelo psicólogo e escritor Andrew Solomon, que é ativista da causa homossexual e um dos principais estudiosos do mundo sobre depressão e outras doenças

mentais do mundo, 7,3% da população LGBTQ+s tentam cometer suicídio quatro vezes ou mais, enquanto essa estatística ocorre somente em 1% da população heterossexual. Atualmente, a falta de aceitação, exclusão, discriminação e violência em locais de convivência são as principais queixas dos indivíduos pertencentes à comunidade em questão.

(O Estado de S. Paulo, 21/06/2019 - acesse no site de origem)

Dentre os motivos citados, o mais importante de se trabalhar é a autoaceitação. Esse processo nem sempre é o mais fácil ou até mesmo o menos traumático. A pessoa vai se percebendo, e, com isso, vai falando a respeito dos sentimentos, tentando não reprimir seus desejos e vontades. Muitos não se aceitam, se culpam, e a culpa é o pior dos algozes.

Em meio a tantas dificuldades, no mês de maio, ocorreram dois grandes acontecimentos para a população LGBTQ+. No dia 20, a OMS oficializou a retirada da classificação da transexualidade como transtorno mental da 11,ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID). Três dias depois, seis dos 11 ministros do STF votaram a favor da criminalização da homofobia. Por isso, o mês do orgulho LGBTQ+ se inicia em clima de vitória. Junho é a época em que o movimento sai às ruas, em vários municípios brasileiros, para reivindicar cidadania e direitos pela luta contra a lgbtfobia, dentro do evento da Parada Gay.

Conforme argumenta o médico Dráuzio Varella, a orientação sexual não é uma escolha e sim uma característica de nossa personalidade que nos é imposta. Prova disso é que a homossexualidade não é característica exclusiva aos seres humanos. Por isso, quem trata os indivíduos LGBTQ+ como pessoas que têm desvios psicológicos, e, por conta disso, propaga um preconceito, o faz por ignorância.

Dentre os pacientes LGBTQ+, os principais motivos que levam ao desenvolvimento de transtornos psicológicos são a pressão da sociedade e o que a mesma classifica como padrões éticos e morais. Essa resistência de aceitação por parte da sociedade quando se trata dessa minoria se afirma, majoritariamente, por questões fundamentalmente religiosas. Conforme estudo conduzido pela equipe de Emmanuele A. Jannini, professor de Endocrinologia e Sexologia Médica na Universidade de Roma Tor Vergata, na Itália, culturas fortemente permeadas pela hipermasculinidade, misoginia e atitudes moralistas, estão ligadas à homofobia. Em outras palavras, os indivíduos são moldados pelo que a sociedade prega ao seu redor.

Portanto, é importante buscarmos, primeiramente, o conhecimento necessário para entendermos a diferença do outro e ter empatia. Aceitar é um processo, uma situação que não nos é cobrada, mas respeitar é, e recentemente por lei, obrigação de todos. Quando compreendermos que devemos agir com menos preconceitos, bullying e exclusão; e com mais escuta e amor, teremos um mundo muito mais sadio mentalmente e, conseqüentemente, mais seguro de se viver.

Source:

<https://jornal.usp.br/atualidades/colunista-explica-por-que-junho-e-o-mes-do-orgulho-gay>

*Sabrina Ferrer é psicóloga-chefe do FalaFreud*



---

# Mais da metade dos paulistanos é a favor da criminalização da homofobia e da transfobia

Pesquisa da Rede Nossa SP mostra que moradores do Centro e da Zona Oeste são mais favoráveis à criminalização da LGTBfobia.

**(G1, 18/06/2019 - acesse no site de origem)**

A maior parte da população da cidade de São Paulo é favorável à criação de uma lei para criminalizar a homofobia e a transfobia.

De acordo com pesquisa divulgada pela Rede Nossa SP, em parceria com o Ibope, 55% dos entrevistados são a favor da criminalização e outros 22%, contra. Não sabem ou não responderam chegam a 23%.

Entre os que se declaram a favor, 60% são mulheres, 66% mais jovens, 61% brancos, 60% pertencem à classe B e têm renda familiar acima de 5 salários mínimos. Já os que são contra a lei, 27% são homens e 27% possuem entre 35 e 44 anos.

Moradores do Centro e da Zona Oeste de São Paulo são mais favoráveis à criminalização da LGTBfobia, e os que residem na região Norte são os mais contrários à lei. Entrevistados que não se informam sobre os direitos dos LGBT+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e outros gêneros) se mostram mais contrários à lei que criminaliza a LGTBfobia: cerca de 4 em 10.

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu no dia 13 de junho, por 8 votos a 3, permitir a [criminalização da homofobia e da transfobia](#). Os ministros consideraram que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais devem ser enquadrados no crime de racismo.

Já [o presidente Jair Bolsonaro \(PSL\)](#) disse que a decisão do STF foi “completamente equivocada”. “Além de estar legislando, está aprofundando a luta de classes cada vez mais. No meu entender, não poderia ter esse tipo de penalidade. A penalidade se você ofender uma pessoa, dar uma facada, dar um tiro só porque é gay, tem que ser agravada a pena dessa pessoa e ponto final”, afirmou Bolsonaro na semana passada.

## **Perfil dos entrevistados**

Foram entrevistados 800 moradores de São Paulo entre os dias 3 a 23 de abril de 2019 por meio de coleta pessoal e on-line. O índice de confiança é de 95%, e a margem de erro da pesquisa é de 3 pontos percentuais para mais ou para menos.

Dos entrevistados, 54% são do sexo feminino e 46% do sexo masculino. Em relação à orientação sexual, 80% declararam que são heterossexuais, 4% homossexuais, 3% bissexuais,

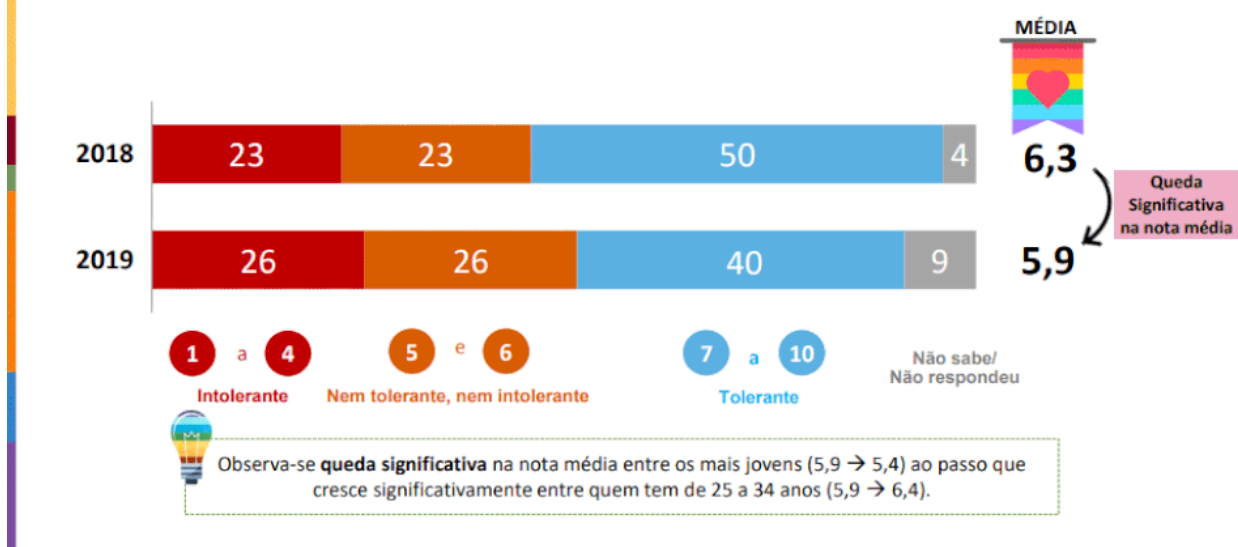
1% pansexual e 11% não responderam.

## Tolerância

Caiu em 10 pontos percentuais a percepção dos paulistanos de que a cidade de São Paulo é tolerante com a população LGBT+. Essa percepção geral é mais forte entre os mais jovens, os mais pobres e aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos, que é a parcela da população geralmente mais exposta às situações de preconceito.

Também há maior percepção de intolerância por parte dos entrevistados menos escolarizados em comparação aos que possuem ensino superior. Os mais ricos notam a cidade como tolerante, se comparados aos mais pobres. Enquanto pretos/pardos percebem intolerância com a população LGBT+, os brancos a veem como indiferente.

Cai 10 pontos percentuais a percepção dos paulistanos de que a cidade de São Paulo é tolerante com a população LGBT+



Pesquisa da Rede Nossa SP sobre LGTBfobia (Foto: Divulgação)

## Administração Pública

A maior parte dos paulistanos diz que a Prefeitura tem feito pouco para combater a violência contra a população LGBT+. Segundo o levantamento, 43% dos entrevistados acham que a administração municipal tem feito pouco, 25% nada, 10% muito e 22% não responderam.

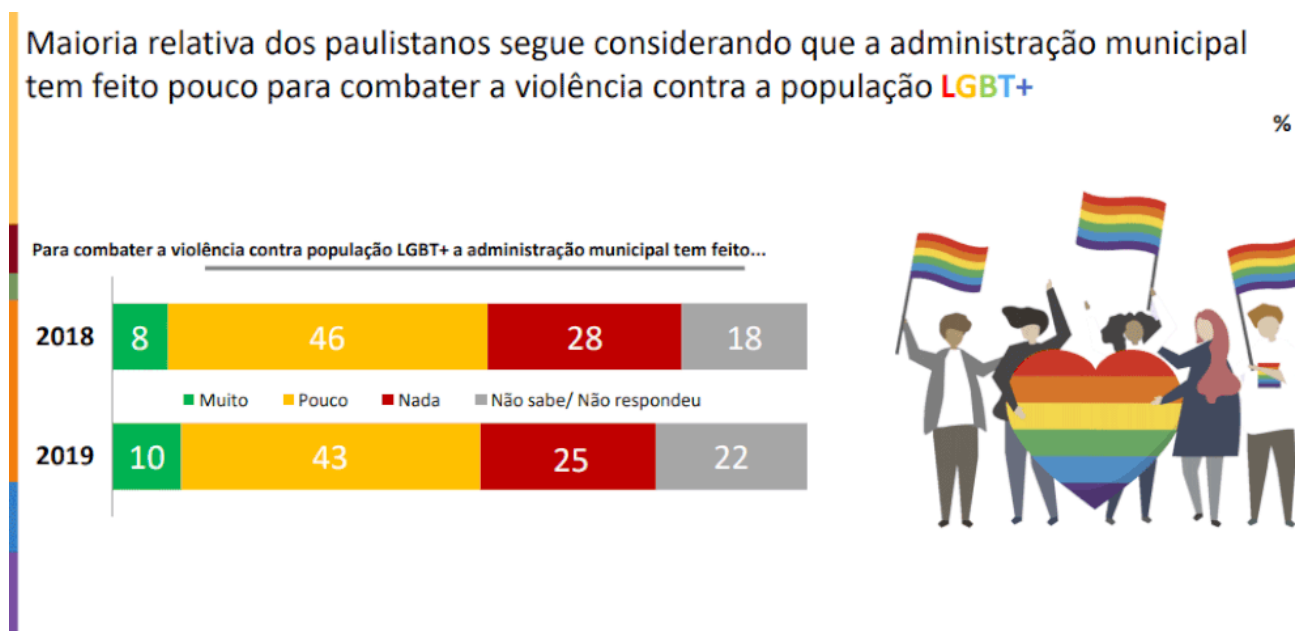
“Mais da metade da população avalia mal a Prefeitura em relação a sua atuação na garantia dos direitos LGBT. Somando tudo isso significa que a população está vivenciando e presenciando mais situações de preconceito, a cidade está mais intolerante e está avaliando que a Prefeitura está fazendo pouco para garantir os direitos LGBTs”, afirmou Américo Sampaio, coordenador da Rede Nossa São Paulo.

“Então, de alguma forma, uma parcela majoritária da população se sensibiliza com essa questão e é favorável à criação de leis que criminalizem a questão da LGTBfobia”, acrescentou.

A Prefeitura aponta diversas ações e serviços voltado ao público LGBT+ (leia mais abaixo).

Enquanto os moradores da região Leste (31% nada e 36% muito pouco) são mais críticos em relação ao o que a gestão municipal tem feito pela população LGBT+, aqueles que moram nas regiões Norte (14% muito) e Centro (18% muito) são os que mais dizem que muito tem sido feito.

Entre os entrevistados que acham que a Prefeitura de São Paulo tem feito pouco, 50% possuem ensino superior. Já os que consideram que nada foi feito, 31% possuem ensino fundamental.



Pesquisa da Rede Nossa SP sobre LGTBfobia (Foto: Divulgação)

A sensação de que a gestão municipal tem feito “muito” para combater a violência contra os LGBT+ aumenta quanto maior o grau de percepção de tolerância da cidade com a população LGBT+.

Seis em cada dez paulistanos consideram importante a elaboração e implementação de políticas públicas municipais que promovam a igualdade de direitos para os LGBT+. Os moradores das Zonas Oeste e Norte são os que mais dão importância à implementação de políticas públicas que promovam a igualdade de direitos.

A TV e a Internet são as fontes mais utilizadas para se informar sobre os direitos LGBT+.

## Vítimas

Cerca de 4 em cada 10 entrevistados sofreram ou presenciaram alguma situação de preconceito em função da orientação sexual nos espaços e também no transporte públicos.

“É assustador que 4 em cada 10 paulistanos já presenciaram ou vivenciaram uma situação de preconceito contra a população LGBT, em especial, no espaço público e transporte público. A violência e o preconceito contra a população LGBT está praticamente entranhado na sociedade, porque estamos falando de quase metade da sociedade que já presenciou ou vivenciou essa situação. Então, na prática há quase que uma naturalização dessa situação de preconceito na cidade”, declarou Américo Sampaio.

O perfil de quem mais sofreu ou presenciou alguma situação de preconceito são:

- Mulheres pretas/pardas, com idades de 16 a 24 anos e de 35 a 44 anos
- Com escolaridade média
- Que possuem renda familiar mensal até 2 salários mínimos
- Pertencentes à classe C
- Moram na Zona Leste

Em 2018, 420 pessoas morreram em todo o país vítimas de LGTBfobia, sendo 320 assassinatos e 100 suicídios.

### **O que diz a Prefeitura**

*A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para LGBTI, é responsável por formular, articular, propor e monitorar políticas públicas que visem à promoção da cidadania e a garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Entre os serviços voltados para esse público está o Centro de Cidadania LGBTI que faz atendimento a vítimas de violência, preconceito e discriminação. O centro presta apoio jurídico, psicológico e de serviço social, com acompanhamento para realização de boletins de ocorrência e demais orientações.*

*São quatro sedes fixas (Centro, Zona Norte, Leste e Sul) e quatro Unidades Móveis de Cidadania LGBTI que percorrem a cidade levando estes e outros serviços para as regiões. O centro oferece suporte e apoio aos serviços públicos municipais da região central, por meio de mediação de conflitos, palestras e sensibilização de servidores. Além de realização de debates, palestras e seminários.*

*A SMDHC também atua com o programa Transcidadania e tem como norte três principais eixos de atuação: autonomia, cidadania e oportunidades. Atualmente o programa possui 240 vagas e utiliza o desenvolvimento da educação como principal ferramenta. Além de possibilidade de concluir o ensino fundamental e técnico, há também a oferta de cursos e oficinas. Outro diferencial do projeto é a transferência de renda, que possibilita a disponibilidade dos beneficiários em concluir a carga horária obrigatória de atividades. Cada assistido recebe acompanhamento psicológico, jurídico, social e pedagógico durante os dois anos de permanência no programa. O valor do auxílio mensal é R\$ 1.047,92.*

### **SMADS**

*A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) esclarece que possui o Centro de Acolhida Especial (CAE) para Mulheres Transexuais, Casa Florescer, localizado na região da Luz, disponibilizando 30 vagas para conviventes. A unidade tem como proposta abrigar travestis e mulheres transexuais em situação de vulnerabilidade, que necessitam de proteção social. As usuárias participam de diversas oficinas que abrangem desde cuidados com a saúde, até atividades físicas e artísticas.*

*A pasta também agrega o Centro de Referência e Defesa da Diversidade (CRD) com 1.000 vagas de atendimento, localizado na região da Bela Vista. O espaço fornece apoio psicossocial individual e coletivo aos usuários. Além de viabilizar o acesso à rede de políticas públicas e inserção em programas de transferência de renda, quando necessário. O CRD funciona como porta de entrada da população LGBTI, que vive, trabalha ou frequenta o centro da cidade, na rede socioassistencial.*

*A SMADS acrescenta que há três Centros de Acolhida Zaki Narchi e cada uma conta com um quarto e um banheiro para a população LGBTI, acomodando 20 pessoas em cada dormitório, totalizando 60 conviventes.*

### *SPTrans*

*A SPTrans trabalha contra o preconceito no interior do transporte público por meio de publicações nas redes sociais exaltando a diversidade de gênero. Inclusive, desde 2010 o usuário do Bilhete Único personalizado pode solicitar que o seu cartão seja emitido com o nome social, para isto basta escolher esta opção quando realizar o cadastro.*

*Além disso, a empresa atua em parceria com a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que utiliza as áreas de terminais municipais para o atendimento da Unidade Móvel de Cidadania LGBTI às vítimas de violência, agressão ou de discriminação por causa do gênero ou orientação sexual.*

### *Saúde*

*A Secretaria Municipal da Saúde informa que o Plano Municipal de Metas do Município 2017-2020, prevê a garantia de 100% de encaminhamentos das denúncias recebidas contra populações vulneráveis, incluindo LGBT. Os casos de violência são notificados através das unidades de saúde à administração central na SMS. O Comitê de Saúde Integral à população LGBT, com integrantes de todas as regiões do município, desenvolve ações de cuidados específicos para esta população.*

*Tatiana Santiago*